

# Ocupação já era prevista em 77

O projeto Águas Claras já existe desde 1977 para preencher a área que divide as grandes ocupações populacionais entre os dois eixos Plano Piloto/ Cruzeiro/ Guará e Taguatinga/ Ceilândia/ Samambaia. Mesmo antes da criação desta última satélite, o Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal (PEOT) daquele ano recomendava a ocupação entre os dois pólos.

Desde então, os planos de ocupação territorial vêm se preocupando com o adensamento populacional em áreas esparsas e buscando em Águas Claras uma de suas soluções. Por isso a proposta do bairro foi estruturada segundo o eixo de transporte de massa. Nesse sentido, Águas Claras se insere num conjunto de iniciativas destinadas a viabilizar o metrô, entendido como uma proposta vital para a racionalização da ocupação do uso do solo e expansão urbana ordenada de Brasília, bem como tem o objetivo de atender à demanda de espaços para habitação comércio e serviço.

Em 1983, o projeto Águas Claras foi aprovado pelo então Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) que identificava uma série de problemas ambientais como o decapeamento generalizado e agravamento da erosão, e ainda o assoreamento do lago Paranoá. O CAU chamava a atenção, também, para a proteção

dos mananciais, ameaçados pelo desmatamento e ocupação desordenada da área. Como solução, o estudo apontou que a área poderia ser recuperada através da ocupação urbana do solo, impróprio para o uso rural.

**Câmara** — No ano seguinte o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) apreciou o Plano de Ocupação do Bairro Águas Claras, aprovando-o após apresentar algumas sugestões. Finalmente, para consolidar o projeto de construção da cidade foi elaborado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) pelo Executivo a pedido da Câmara Legislativa, que o aprovou recentemente. No PDOT está confirmada, mais uma vez, a necessidade de ocupação de Águas Claras como área de expansão urbana ordenada de Brasília.

O projeto deve respeitar as avaliações do Estudo Prévio de Impacto Ambiental de 1983 elaborado pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente. Esse estudo prevê alguns cuidados como a instalação de estação de tratamento terciário de esgotos, proteção das nascentes localizadas na região do projeto, preservação da vegetação existente e retomada dos projetos de recuperação das cascalheiras e de controle dos processos erosivos.